

Perspectivas da economia em 1998

CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA

A estratégia econômica brasileira pós-estabilização tem sido a de promover, através de mecanismos macroeconômicos, os ajustamentos estruturais necessários a que o país retorne para uma trajetória de crescimento sustentado de longo prazo. A combinação de estagnação e inflação da década perdida de 80 (um enorme desastre econômico e social — um lembrete aos revisionistas — em que os avanços na área sanitária, de saúde e de educação se deveram aos enormes investimentos na década anterior) distorceu todas as relações econômicas, inibindo os investimentos em modernização da indústria e dos serviços. Os resultados aparecem em indicadores simples: os investimentos apresentaram uma longa trajetória de declínio chegando em 1992 ao seu mais baixo índice (13% do PIB); enquanto a produtividade industrial, que havia crescido cerca de 2,5% ao ano na década de 70, ficou estagnada ao longo da década de 80, em razão de uma política em que nossa competitividade era garantida através de desvalorizações nominais permanentes. Com a perda de competitividade efetiva perdemos também lugar no comércio mundial: a participação do Brasil recua de 1,3% em 1970 para 0,8% em 1980. A renda *per capita* brasileira caiu 7% e a inflação que chegou a ser de 40% ao mês puniu os de menor renda jogando-os para baixo da linha da pobreza.

Com a estabilidade promovida pelo Plano Real foi possível restaurar as relações econômicas básicas revelando-se os atrasos a serem superados. A economia voltou a crescer, nos dois anos iniciais (1995-1996) mas contra sua própria tradição de país industrial foi o setor de serviços que liderou o processo. A indústria passava naquele período por um profundo processo de transformação, com novos investimentos que cresceram continuamente desde 1993, alcançando no terceiro trimestre de 1997 a marca de 18,6% do PIB. A produtividade cresceu rapidamente nos últimos quatro anos (cerca de 7,5% ao ano), recuperando a trajetória de longo prazo. Como resultado, em 1997 a indústria liderou o processo de crescimento expandindo-se em 5,5% até o terceiro trimestre, baseada principalmente na produção de bens

de capital e intermediários. As exportações que em 1995 haviam crescido 6,8% por ganhos de preço e que em 1996 cresceram apenas 2,7%, em 1997 registrarão um crescimento superior a 10%, basicamente explicado pelo aumento de quantidade e com importante crescimento dos produtos manufaturados.

Para a obtenção desses resultados concorreu de forma decisiva a poupança externa. Na década passada o capital deixou de fluir para o Brasil e a partir da moratória de 1987 nosso único recurso foi recorrer ao socorro do FMI. Com a estabilidade do Plano Real, a volta do crescimento econômico, a abertura comercial, as privatizações, o país voltou a ser atraente para o capital externo. Inicialmente, retornou o capital de empréstimo de curto prazo atraído pelas taxas de juros que compensavam o risco que nossa economia ainda representava; posteriormente, retornou o capital de risco atraído pelas remunerações que o investimento na produção de bens e serviços, num país de grande mercado, poderiam render. Este

ano dos cerca de 35 bilhões de dólares de financiamento externo, 16 bilhões serão de investimento direto. Vale dizer, nossos déficits em transações correntes correspondem a um aumento do investimento, como os 18,6% acima chamam a atenção, e não a excesso de consumo público ou privado.

A recente crise financeira internacional impactou o Brasil no principal aspecto de sua estratégia de longo prazo (a qual nada tem de aposta como querem seus críticos) que é o uso de poupança externa para suprir nosso baixo nível de poupança doméstica. Frente à possibilidade de perdas acentuadas de reservas, e evitando desvalorizar o real, a política econômica seguida foi a de aumentar o prêmio de risco (taxa de juros) para o capital, como sinal de que é preferível uma recessão de curta duração do que qualquer perspectiva de retorno da espiral inflacionária. Adicionalmente, fez-se a correção de um fundamento que a sociedade até aquele momento estava assumir. As medidas de ajuste fiscal têm um caráter de longo pra-

zo e procuram demonstrar que a política fiscal expansiva seguida até a data não retornará.

O impacto dessas medidas se fizeram sentir rapidamente em novembro. A produção industrial, segundo o Indicador Ipea, aponta uma queda de 5,8% em relação ao mês anterior e de 3,8% na comparação com novembro de 1996 e deverá terminar o ano com um crescimento de 4% em vez dos 5,4% previstos antes da crise asiática. Com isto o PIB de 1997 deverá ter sua taxa de crescimento reduzida para 3,2% em vez dos 3,6% previstos anteriormente.

O ano de 1998 deverá iniciar-se com forte redução da atividade econômica: a produção industrial, segundo as previsões do Ipea, deverá apresentar queda de 2,2% no primeiro trimestre e de 0,9% no segundo, que representarão uma queda de 2,8% no primeiro semestre quando comparado com o primeiro semestre de 1997. O PIB deverá apresentar queda de 2,1% no primeiro trimestre, mas crescimento de 0,5% no segundo, resultados que representarão no primeiro semes-

tre um PIB idêntico ao de igual período de 1997. Chama a atenção, portanto, que após a forte retração do primeiro trimestre a atividade econômica volta a recuperar-se no segundo, com indicações positivas para o restante do ano, apontando para um crescimento do PIB entre 1,5% e 2,5% em 1998. Em termos externos as exigências de financiamentos serão menores: o serviço da dívida será bastante inferior, assim como as amortizações; adicionalmente a balança comercial deverá apresentar resultados bem melhores como os últimos meses têm apontado, fazendo com que o déficit, já deste ano, feche pouco acima dos nove bilhões de dólares, resultado bem inferior ao 15 bilhões previstos por alguns. É possível prever que nossas necessidades de recursos externos em 1998 serão pelos menos 1/3 inferiores às deste ano.

Estes resultados poderão, entretanto, ser bem melhores caso seja possível reduzir-se mais rapidamente a taxa de juros. Isto dependerá da confiança que os investidores depositarem nos resultados, do ajuste fiscal, das reformas econômicas, na continuidade do programa de privatização e na continuidade da abertura comercial. Não há qualquer aposta nessa estratégia econômica. Há um objetivo: voltar a crescer de forma sustentada, sem inflação e com maior equidade social. Há um caminho: tornar a economia brasileira mais competitiva, aproveitando a poupança externa; modernizar o Estado fazendo as reformas e privatizando a produção de bens e serviços mercantis, voltando a aparelhar o Estado para a produção de serviços não mercantis (educação, saúde e saneamento) de maneira a atender as parcelas mais pobres da população naqueles aspectos que possibilitarão homogeneizar a força do trabalho no ponto de partida da competição econômica. Há um instrumento: a política macroeconômica.

A única aposta em jogo é a daqueles que apostam no fracasso dessa estratégia econômica e no retorno do cassino inflacionário. Nisto reside sua esperança de voltar a comandar o país para o atraso da década de 80, onde viver de juros e do imposto inflacionário arrecadado dos mais pobres eram os recursos prediletos da classe ociosa.

CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA é diretor de pesquisa do Ipea e professor de IBMEC.

